

Educação física e cultura afro-brasileira na EPT: possibilidades e desafios para uma práxis pedagógica antirracista

Physical education and afro-brazilian culture in EPT: possibilities and challenges for an antiracist pedagogical praxis

Educación física y cultura afrobrasileña en la EPT: posibilidades y desafíos para una praxis pedagógica antirracista

DOI: 10.54901/educa.v9-287

Diego Luís da Silva Alves¹
Carlos Alberto Figueiredo da Silva²

RESUMO: Este estudo surge da necessidade de compreender as relações entre a Educação Física, a cultura afro-brasileira e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O objetivo geral é analisar a trajetória histórica da disciplina e discutir o impacto da Lei nº 10.639/2003 na descolonização do currículo, com ênfase nas potencialidades da capoeira e das danças de matriz africana. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, fundamentada em teóricos como Soares (1992) e Castellani Filho (2003), além da análise de normativas legais. Os resultados demonstram que a transição de concepções higienistas e eugenistas para uma abordagem crítica e omnilateral evidencia que as práticas corporais afro-brasileiras são tecnologias sociais, de ciência e resistência, fundamentais para a EPT, embora ainda esbarrem em desafios como a intolerância religiosa e a lacuna formativa docente. Conclui-se que a Educação Física deve atuar como agente ativo de descolonização, transformando o chão da quadra em um espaço de diálogo intercultural, emancipação e enfrentamento prático ao racismo institucional.

Palavras-chave: cultura afro-brasileira; educação física; educação profissional tecnológica; lei 10.639/03; racismo estrutural.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física escolar no Brasil é um campo de saber marcado por profundas tensões ideológicas, que refletem os diferentes projetos de nação em disputa ao longo da história. De uma prática inicialmente voltada ao controle higienista e ao adestramento militar, a disciplina evoluiu para uma área do conhecimento que hoje busca compreender o homem em

¹ Mestrando em Ciências da Atividade Física, Universidade Salgado de Oliveira, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física (PPGCAF), São Miguel do Guaporé, Rondônia, Brasil.
E-mail: diego.luis@ifro.edu.br

² Doutor em Educação Física, Universidade Salgado de Oliveira, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física (PPGCAF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: carlos.silva@nt.universo.edu.br

sua totalidade. No entanto, essa evolução não ocorreu de forma linear nem isenta de preconceitos.

Durante décadas, o currículo privilegiou uma visão eurocêntrica do corpo, silenciando sistematicamente as manifestações culturais de matriz africana e indígena, que eram frequentemente relegadas ao status de subculturas ou práticas marginalizadas.

A relação entre a Educação Física e a cultura afro-brasileira encontra um divisor de águas na promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis de ensino. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 alterou a Lei nº 10.639/2003, ampliando a obrigatoriedade para incluir também o ensino da história e cultura indígena, reforçando a necessidade de uma educação antirracista e plural.

Para a Educação Física, essa legislação impõe o desafio de descolonizar o chão da quadra, exigindo que o esporte, a dança, a luta e o jogo sejam ressignificados como patrimônios de resistência e inteligência ancestral. Se por um lado a lei abre um leque de possibilidades pedagógicas, permitindo a introdução de conteúdos como a capoeira, o maculelê e as danças circulares, por outro, ela revela os desafios de uma formação docente que ainda carece de subsídios teóricos e práticos para lidar com as relações étnico-raciais de forma crítica e contínua.

As danças afro-brasileiras, como o maracatu, o jongo e o samba, são manifestações significativas da herança afrodescendente, transmitindo ritmos, movimentos expressivos e narrativas. A inclusão dessas danças nas aulas de Educação Física promove uma reflexão que permite aos alunos vivenciar aspectos da cultura popular e ampliar seus conhecimentos sobre a diversidade cultural e social.

Ao integrar a capoeira e as danças afro-brasileiras, a Educação Física pode ir além do foco na competição e no rendimento, buscando um desenvolvimento humano mais amplo e abrangente.

A cultura afro-brasileira é um complexo mosaico de manifestações que resultam da fusão de tradições africanas com elementos indígenas e europeus. Sua relevância reside não apenas em sua riqueza, mas também em seu papel fundamental na construção da identidade nacional e na luta contra o racismo. A inclusão dessas temáticas no currículo escolar, especialmente na Educação Física, oferece uma oportunidade única para que os estudantes compreendam a diversidade cultural do Brasil e se tornem agentes de transformação social.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), esse debate ganha contornos ainda mais urgentes. A proposta de uma formação omnilateral, que visa o

desenvolvimento integral do ser humano em todas as suas dimensões, intelectual, física, social e política, é incompatível com o silenciamento da herança africana. Negar ao estudante o acesso à ciência e à tecnologia presentes na cultura corporal afro-brasileira é operar uma forma de mutilação do saber que restringe sua autonomia.

Buscou-se investigar como a cultura corporal de movimento pode atuar como ferramenta de emancipação, rompendo com o legado do racismo estrutural e transformando a escola técnica em um espaço de valorização da diversidade e de reconstrução da identidade nacional.

O professor de Educação Física, no seu cotidiano, depara-se com o desafio de decodificar as diretrizes legais e transformá-las em práticas pedagógicas inteligíveis e significativas para os alunos. Assim, investigar os limites e as possibilidades desta práxis exige reconhecer que o chão da quadra é um espaço dinâmico onde os sentidos da cultura afro-brasileira são diariamente negociados, resistidos e reconstruídos pelos seus membros.

A justificativa para o estudo deste tema pauta-se na necessidade de ressignificar as práticas corporais de matriz africana, retirando-as do lugar de folclore exótico e elevando-as ao status de conhecimento científico, tecnológico e histórico, essencial para a formação cidadã. Negar ao estudante o acesso à ciência presente na cultura corporal afro-brasileira é operar uma mutilação do saber que restringe sua autonomia.

O problema central que norteia esta investigação questiona: como a Educação Física pode atuar na descolonização do currículo na EPT diante do racismo institucional? A hipótese de trabalho pressupõe que, ao integrar a capoeira e as danças afro-brasileiras não apenas como atividades de lazer, mas como complexas tecnologias de corpo e resistência, a disciplina rompe com a herança eugenista e efetiva verdadeiramente os princípios da omnilateralidade.

O objetivo geral é analisar a trajetória histórica da Educação Física e sua relação com a cultura afro-brasileira na EPT. Especificamente, busca-se investigar a evolução da disciplina desde o higienismo até a cultura corporal; discutir o impacto e os desafios de implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08; e demonstrar as possibilidades pedagógicas da valorização da capoeira e das danças afro-brasileiras.

Metodologicamente, este artigo baseia-se em uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, analisando a evolução histórica das diretrizes e o arcabouço teórico da área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Trajetória Histórica da Educação Física no Brasil: do Higienismo à Cultura Corporal

No início do século XIX, a disciplina, então conhecida como ginástica, estava fortemente atrelada a uma concepção higienista e eugenista, que visava o embranquecimento da sociedade brasileira. Higiene e eugenia frequentemente eram encaradas como ciências com objetivos próximos, pretendendo aperfeiçoar física e moralmente a espécie, o que teve um impacto profundo e excludente na forma como negros e indígenas eram tratados. Em meados da década de 1930, as escolas passaram a adotar padrões de comportamento militarizados, com foco em preparar fisicamente os jovens para o combate, inculcando a disciplina e a hierarquia do exército.

Nos anos 70, durante o regime militar, a Educação Física foi moldada por interesses políticos voltados ao nacionalismo, à segurança do país e à preparação da força de trabalho para o milagre econômico, priorizando os esportes de alto rendimento. Apenas em meados dos anos 80 e 90, impulsionada por teorias críticas, a disciplina passou por uma profunda crise de identidade e transformação.

De uma perspectiva puramente biológica, ampliou seu olhar para englobar as dimensões socioculturais e cognitivas, direcionando a cultura corporal de movimento como seu objeto de intervenção e buscando libertar o aluno das amarras e ilusões impostas pela sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 (Lei nº 9.394/96) foi um marco, um ponto de virada, elevando a Educação Física ao status de componente curricular obrigatório e expandindo sua compreensão para além da ciência biológica, incorporando também as ciências humanas e sociais. Essa mudança permitiu que a disciplina fosse ensinada de forma mais contextualizada à realidade social, contribuindo para a formação cidadã dos estudantes, conforme Soares (2019).

2.2 Políticas Afirmativas e o Desafio do Reconhecimento da Cultura Afro-Brasileira

A Lei nº 10.639/2003, sancionada em 9 de janeiro de 2003, representou um marco fundamental ao tornar obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro- Brasileira no currículo do ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas quanto privadas. Essa lei visava promover a igualdade social e a valorização dos afrodescendentes no Brasil.

Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 alterou a Lei nº 10.639/2003, ampliando a obrigatoriedade para incluir também o ensino da história e cultura indígena, reforçando a necessidade de uma educação antirracista e plural.

Essas legislações vão além da mera inclusão de conteúdos, elas propõem uma profunda reflexão sobre as representações da formação da sociedade brasileira na escola, buscando desconstruir estereótipos e construir uma sociedade mais justa e igualitária. A Educação Física, como componente curricular da Educação Básica, é diretamente impactada por essas leis e deve incluir o ensino da História e Cultura Afro- Brasileira em seus conteúdos.

A cultura afro-brasileira é um complexo e rico mosaico de manifestações culturais que resultam da fusão de tradições africanas com elementos da cultura indígena e europeia no Brasil. Essa cultura é um reflexo direto do processo histórico de escravidão, que trouxe milhões de africanos de diversas etnias para o território brasileiro.

Apesar da brutalidade e desumanização da escravidão, os povos africanos e seus descendentes resistiram e mantiveram vivas suas tradições, promovendo adaptações e recriações no novo contexto, o que resultou em uma herança cultural profunda e diversificada que permeia todos os aspectos da sociedade brasileira.

As manifestações da cultura afro-brasileira possuem um arcabouço diversificado em áreas distintas, como a música (samba, maxixe, choro, jongo, maracatu), a dança (capoeira, jongo, samba de roda, maculelê), a religiosidade (candomblé, umbanda), a culinária, o folclore e as artes visuais.

A capoeira, por exemplo, é um dos maiores símbolos culturais do Brasil, reconhecida como patrimônio cultural imaterial, que combina elementos de luta, dança, jogo e musicalidade, sendo um importante espaço de resistência e preservação da memória ancestral. As danças afro-brasileiras, por sua vez, são expressões artísticas e práticas corporais que têm suas raízes na cultura africana, transmitindo ritmos envolventes, movimentos expressivos e narrativas que contam histórias e tradições.

A relevância da cultura afro-brasileira reside não apenas em sua riqueza e diversidade, mas também em seu papel fundamental na construção da identidade nacional e na luta contra o racismo e a discriminação. Por muito tempo, essas manifestações foram estigmatizadas, desvalorizadas e até mesmo proibidas, em um esforço de embranquecimento da sociedade brasileira e de negação da influência africana.

No entanto, a partir do século XX, houve um crescente movimento de valorização e resgate dessas culturas, impulsionado por movimentos sociais e pela conscientização sobre a importância de reconhecer a contribuição negra para a formação do Brasil.

O reconhecimento da cultura afro-brasileira é crucial para a promoção da igualdade racial e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A Lei nº 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, ao tornarem obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, buscam desconstruir estereótipos, combater o preconceito e valorizar a pluralidade cultural.

A inclusão dessas temáticas no currículo escolar, especialmente na Educação Física, oferece uma oportunidade única para que os estudantes compreendam a diversidade cultural do Brasil, desenvolvam o respeito às diferenças e se tornem agentes de transformação social.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e de cunho bibliográfico-documental. A constituição do *corpus* analítico deu-se por meio de buscas em bases de dados acadêmicas, legislações nacionais e diretrizes educacionais. Como critério de seleção, priorizaram-se obras e documentos de reconhecida relevância teórica nas interfaces entre a História da Educação Física no Brasil, a Cultura Afro-Brasileira e as premissas formativas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O arcabouço teórico foi estruturado a partir do diálogo com estudiosos da motricidade e da educação, como Castellani Filho (2009), Ghiraldelli Júnior (2003) e Soares (1992), cruzando suas perspectivas críticas com as exigências normativas voltadas para a descolonização curricular.

O levantamento documental concentrou-se na análise crítica da evolução do trato legislativo frente às manifestações de matriz africana. O percurso metodológico incluiu o resgate de documentos que evidenciam o racismo de Estado, a exemplo do Decreto nº 847 de 1890 (Código Penal da República), que criminalizava a prática da capoeiragem, estendendo-se até os marcos regulatórios contemporâneos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) e as Políticas Afirmativas representadas pelas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08.

Esse rastreo histórico-legal permitiu constatar a longa transição institucional que a disciplina percorreu, do papel de repressão e invisibilização à exigência atual de promoção da igualdade racial.

O procedimento de interpretação pautou-se na técnica de análise de conteúdo, buscando identificar, nas fontes selecionadas, os desafios práticos enfrentados para a consolidação de uma práxis antirracista. A análise priorizou a compreensão das racionalidades socioculturais que

ainda sustentam a folclorização da cultura afro-brasileira no ambiente escolar, buscando confrontá-las com a necessidade de uma formação omnilateral no ensino técnico.

Dessa articulação analítica, extraíram-se as discussões e resultados que apontam a capoeira e as danças ancestrais como instrumentos tecnológicos vitais para a emancipação intelectual e identitária dos estudantes da Rede Federal.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

4.1 Da Criminalização à Valorização Pedagógica: a Trajetória da Capoeira e das Danças Afro-Brasileiras

As danças afro-brasileiras e a Capoeira representam um vasto campo de possibilidades para a Educação Física escolar, oferecendo uma abordagem pedagógica que transcende o desenvolvimento físico para promover o combate ao racismo e a construção de uma identidade mais plural.

A capoeira, reconhecida como patrimônio cultural imaterial do da humanidade, possui um histórico de forte repressão do Estado. Em 1890, o Código Penal brasileiro a classificou como crime (Art. 402), sujeitando seus praticantes, majoritariamente negros e pobres, à perseguição legal no período pós-abolição. Foi apenas em 1972 que ela alcançou sua legitimação institucional, sendo oficialmente reconhecida como esporte.

Os resultados da análise literária demonstram que é essencial compreender a capoeira não apenas como manifestação folclórica, mas como uma sofisticada tecnologia de corpo e uma Ciência da Atividade Física. Ao contrário das narrativas eurocêntricas que frequentemente relegam a produção intelectual negra ao campo do exótico, a capoeira revela um domínio técnico-científico que integra biomecânica, física e táticas de resistência.

No contexto da EPT, essa visão é fundamental para consolidar a politecnia, pois demonstra que o saber ancestral afro-brasileiro carrega fundamentos lógicos tão legítimos quanto os métodos desportivos europeus. A prática na escola técnica deixa de ser apenas atividade motora para se tornar o reconhecimento de uma ciência negra que reconstruiu processos sociais no Brasil.

No entanto, a implementação curricular destas práticas enfrenta barreiras significativas. A capoeira e as danças afro-brasileiras (como jongo e samba de roda) esbarram no preconceito, uma vez que são frequentemente associadas de forma equivocada exclusivamente à religiosidade, despertando intolerância e fundamentalismo religioso no ambiente escolar.

No contexto escolar da EPT, esta intolerância manifesta-se frequentemente sob a forma de fundamentalismo, onde alunos e familiares recusam a participação em atividades como a capoeira ou o maculelê, associando-as equivocadamente a ritos demoníacos ou contrários às suas convicções de fé.

Diante deste cenário, a Educação Física atua com intencionalidade política para mediar os conflitos, desmistificando as práticas e reposicionando as lutas de matriz africana no seu devido lugar, como patrimônios inalienáveis da ciência, da história e da cultura brasileira

Ao integrar a capoeira e as danças afro-brasileiras, a Educação Física pode ir além do foco na competição e no rendimento, buscando um desenvolvimento humano mais amplo e abrangente. Essas manifestações culturais servem como possibilidades pedagógicas para ampliar o aprendizado dos alunos através das práticas corporais, compreendendo a construção da identidade brasileira por meio de conteúdos como música, jogos, esporte e dança.

Dessa forma, é fundamental que os educadores de Educação Física reconheçam o potencial dessas práticas para promover uma Educação antirracista e inclusiva. A abordagem da cultura corporal de movimento, que inclui a capoeira e as danças afro-brasileiras, permite que os alunos explorem a diversidade cultural, desenvolvam o respeito às diferenças e compreendam a importância da valorização da herança africana na formação da sociedade brasileira.

Portanto, a integração da cultura afro-brasileira na Educação Física não é apenas uma questão de cumprimento legal, mas uma necessidade pedagógica e social. Ao reconhecer e valorizar a herança africana, a disciplina contribui para a formação de cidadãos críticos, conscientes de sua identidade e do papel fundamental da diversidade na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e verdadeiramente plural.

A Educação Física, nesse contexto, assume um papel crucial na promoção do diálogo intercultural e na luta contínua por uma educação que celebre todas as formas de expressão humana e combata todas as formas de discriminação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Educação Física no Brasil é indissociável das tensões raciais que estruturam a sociedade. Romper com o legado de exclusão exige uma revisão profunda da práxis pedagógica. As possibilidades abertas pela Lei nº 10.639/03 são imensas, mas os desafios da implementação efetiva persistem.

Apesar do avanço legal, a implementação de uma Educação Física antirracista na EPT enfrenta desafios complexos. A resistência cultural e religiosa, muitas vezes fruto de um racismo estrutural, e a formação docente tecnicista são barreiras significativas. Estudos recentes (Corsino; Rocha, 2025) indicam que muitos professores ainda se sentem despreparados para aplicar os preceitos da Lei nº 10.639/03, o que pode levar à folclorização da temática.

No cenário da escola técnica, a cultura corporal de movimento atua como um elo vital para a reconstrução da identidade do futuro trabalhador. Ao desconstruir a ideia de que a tecnologia é uma exclusividade europeia, a Educação Física permite que o estudante negro se reconheça como herdeiro de técnicas complexas de luta e organização social. O conceito de formação omnilateral, central para a EPT, é diretamente nutrido por essa abordagem, conectando o conhecimento técnico a uma compreensão mais profunda da história e das raízes culturais do país.

Sugere-se, como encaminhamento, a promoção de programas de formação continuada para docentes, o desenvolvimento de materiais didáticos específicos para a EPT e a criação de espaços de diálogo com a comunidade escolar.

Em suma, uma Educação Física que pretenda ser emancipatória, deve atuar como um agente de descolonização do saber e do corpo, garantindo que a pluralidade cultural brasileira seja, finalmente, celebrada em todas as suas dimensões.

Nesse sentido, a transição da capoeira de uma prática criminalizada pelo Código Penal de 1890 para o status de tecnologia educacional emancipatória ilustra o tamanho do desafio e da potência dessa descolonização.

Transformar esse ideal em realidade exige, contudo, ir além da análise documental. Torna-se fundamental escutar os sujeitos que operacionalizam o currículo na prática, compreendendo as táticas e as racionalidades que os docentes de Educação Física mobilizam diante dessas tensões.

É a partir dessa escuta ativa e atenta da realidade escolar que se torna possível não apenas diagnosticar as lacunas, mas construir ferramentas de apoio pedagógico, materiais didáticos e formativos, capazes de instrumentalizar os professores para a efetivação de uma práxis verdadeiramente antirracista no chão da quadra.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Código Penal (1890)]. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

CASTELLANI FILHO, L. et al. **Metodologia do ensino de educação física**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CORSINO, L. N.; ROCHA, A. R. M. Implementação da Lei nº 10.639/03 na Educação Básica: uma análise da produção acadêmica na área da Educação Física escolar. **Cadernos de Pesquisa**, 2025.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação física progressista: a pedagogia crítica e a educação física escolar**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira: dossiê de registro**. Brasília, DF: Iphan, 2008.

LUCA, T. R. de. Higiene e eugenia. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 223.

SOARES, C. L. **Educação física: raízes europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1992.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 2019.